

Associação de Produtores independentes de Televisão

CONSULTA PUBLICA TDT

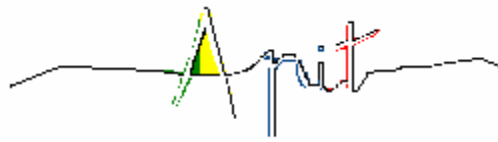
Criada em Dezembro de 1996, a APIT – Associação de produtores Independentes de Televisão, nasce imbuída da missão de representar os Produtores de conteúdos nacionais que não possuíssem qualquer ligação às Estações de Televisão.

Assim, no início do Século XXI, representávamos a quase totalidade dos produtores independentes com relevância no mercado, contando com 30 empresas associadas, um volume de negócios superior a 150 milhões de Euros e cerca de 3000 profissionais ligados à actividade.

Em 2001, começa a inverter-se a situação, desde logo marcada pela saída do Grupo NBP, o qual passa a ser detido pela Media Capital, deixando, assim, de ser uma produtora independente de televisão. É também por esta altura que as televisões alteram a sua estratégia, aumentando a produção interna de conteúdos, reduzindo, drasticamente, o seu investimento em produção independente.

Este processo de desinvestimento provoca, naturalmente, uma alteração do panorama ao nível das empresas de produção independente, conduzindo a que muitas desapareçam do mercado, já que a sua situação financeira se deteriorou de forma irreversível.

Com o passar dos anos de crescimento desta estratégia das televisões, a que acresce a repetição sucessiva de programas e o uso e abuso das Obras de



Encomenda (Art.º 14.º CDADC) por forma a poderem usurpar todos os direitos aos produtores, aliada, ainda, à crise financeira que todos os sectores atravessaram, a produção independente foi ficando cada vez mais débil, sendo, da cadeia de negócio, a última com esperança de recuperar.

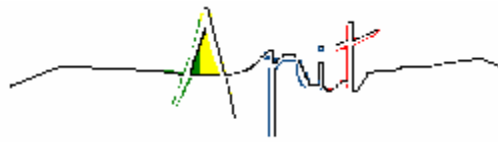
Assim, presentemente, a APIT representa 15 Produtores independentes de televisão, com um Volume de negócios de 60 milhões de euros e mais de 2000 profissionais ligados à actividade.

Apesar do esforço de todos os associados, continua a não existir uma indústria audiovisual nacional que permita reforçar a nossa identidade cultural no mundo, nomeadamente através da exportação de Formatos Nacionais. Portugal mantém-se como um dos únicos países da Europa que não consegue exportar as suas obras para outros países, e Porquê? Fundamentalmente, porque a pouca produção independente que passa nas nossas televisões consiste na adaptação de formatos estrangeiros, os quais foram já testados com sucesso em outros locais.

Os Operadores não investem em produção nacional, não querendo arriscar, limitando-se a “repetir” e, quanto muito, “adequar” os programas já transmitidos em outros Continentes, os quais, muitas das vezes, não têm qualquer identidade cultural com o nosso público.

Neste momento, as três Televisões generalistas concentram a sua actividade de Produção nacional em empresas do Grupo (como sejam TVI/NBP; SIC/Terra do Nunca; RTP/ Direcção de Produção Interna), facto que, acrescentado ao número muito limitado de compradores de produção audiovisual, implica uma diferença de escala que resulta numa relação de força negocial claramente desfavorável ao produtor.

Se é verdade que, à primeira vista, esta posição poderia beneficiar o telespectador, quer em termos de redução de custos, quer em termos de investimento em programas, uma vez que aumentando-se a oferta o preço diminui, mostra-se evidente que a mesma acarreta um estrangulamento da produção independente, que, a médio prazo, se virará contra o telespectador, conduzindo a um decréscimo da oferta e da sua concorrência e impedindo a inovação e o aumento dos níveis de qualidade e criatividade.



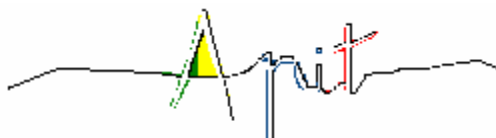
Para além disto, e uma vez que os Operadores são também produtores (são ao mesmo tempo o cliente e o concorrente do produtor independente), a possível utilização dos serviços de produção internos, acentua, ainda mais, as diferenças de poder negocial, pondo mesmo em causa a existência de uma livre concorrência no mercado da produção de conteúdos.

Acresce que, as sinergias existentes entre as unidades de difusão e de produção interna, resultam numa tendência natural para as Televisões darem preferência à sua produção interna, afectando, uma vez mais, a diversidade da oferta de conteúdos e não contribuindo para a satisfação do interesse do telespectador.

Repare-se que, desta forma, todas as forças do sector tendem a concentrar-se nas mãos dos operadores – que ao fazerem valer a sua posição dominante no mercado, e utilizando a sua capacidade de produção interna, conseguem garantir direitos sobre a grande maioria dos conteúdos audiovisuais dos produtores independentes.

Tal facto, além de lhes possibilitar a negociação do programa para utilização em outros meios e sob outras formas, permite-lhes proceder à repetição dos mesmos em antena, de forma excessiva e a nosso ver abusiva. Acontece então, que o mesmo programa é repetido vezes sem conta, muitas vezes na mesma faixa horária e no mesmo Canal, defraudando o telespectador e não remunerando o produtor, nem os outros intervenientes, por essas retransmissões.

A verdade, é que estes direitos constituem o único património dos Produtores Independentes, sem o qual são incapazes de atrair investimento, mantendo-se como um sector de “subcontratados” à entidade dominante – o Operador. Este, por sua vez, vai utilizando as mais valias de que dispõe (direitos secundários de conteúdos audiovisuais independentes e repetições) para preservar a sua posição dominante no sector e explorar novas parcerias com organismos de telecomunicações, na preparação de um mundo digital e multiplataformas, e excluindo as produtoras de conteúdos deste segmento do futuro.



A Televisão Digital Terrestre (TDT) em Portugal

Tendo sempre presente o que anteriormente foi exposto e que descreve a realidade do Sector de Conteúdos em Portugal, cabe-nos, agora, analisar o processo de introdução da TDT no nosso País.

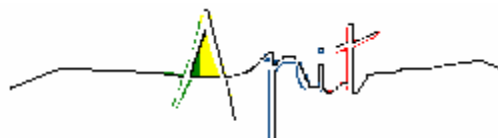
Desde a primeira hora que a APIT tem participado nas diversas discussões sobre este tema, tendo contribuído, sempre que solicitada ou por iniciativa própria, com a sua experiência para a introdução da transmissão Digital em Portugal.

Do nosso ponto de vista, e no que aos aspectos técnicos diz respeito, é fundamental que se garanta uma transição tranquila e cadenciada, do analógico para o digital, evitando cortes bruscos e despropositados, cujos resultados podem ser muito prejudiciais.

Creemos, assim, ser indispensável que se assegure que a oferta dos canais de acesso livre analógicos, seja replicada em formato digital, sob pena de se defraudar o telespectador, que, em grande parte, desconhece os benefícios desta nova forma de difusão. Aliás, esta motivação do telespectador deve ser a maior preocupação da Entidade competente, já que lhe cabe criar as condições que funcionem como um “drive” para a efectivação da migração para a TDT.

Da parte dos produtores independentes, estão criadas as condições técnicas para que os seus conteúdos sejam transmitidos em Digital. Este formato não é, para nós, uma novidade (não nos esqueçamos que a retransmissão por cabo é já feita, em grande parte, em Digital), sendo que, obviamente, nos teremos de adaptar a novos meios para filmar e editar a obra, a qual se pretende que chegue ao espectador com a maior qualidade possível, em termos de recepção, imagem e som.

Neste sentido, os produtores independentes estão preparados para a introdução da TDT e esperam que a mesma traga mais telespectadores, motivados pela melhoria de serviço, pela possibilidade de uma maior interacção com o televisor, e, sem duvida, pela expectativa de poder aceder a novos serviços de programas.



Consulta Publica: Remanescente Multiplexer A:

No âmbito do processo de consulta Publica sobre a introdução da TDT em Portugal, actualmente em curso, pretende-se colher manifestações fundamentadas sobre possíveis utilizações viáveis para o aproveitamento da capacidade remanescente no Multiplexer A, atentas as possibilidades e constrangimentos técnicos, bem como a situação do mercado da publicidade no sector audiovisual.

Deste modo, o que se ambiciona saber é o que fazer com a capacidade sobrando de espectro radioeléctrico, após o necessário suporte dos quatro serviços de programas actuais (RTP1, RTP2, SIC, TVI).

Face às presentes capacidades tecnológicas, nomeadamente no que respeita às técnicas de compressão existentes, estima-se que este Multiplexer A tenha capacidade remanescente para mais três serviços de programas televisivos em idêntico formato aos quatro já existentes ou, em alternativa, a um serviço de programa televisivo HDTV.

Esta é para a APIT a questão fundamental: O que fazer com a capacidade que resta, após a manutenção dos serviços existentes?

Em nossa opinião a resposta passa, seguramente, pela abertura de um novo canal generalista.

E haverá mercado para mais um canal, sobretudo do ponto de vista de investimento publicitário? Estamos certos que sim!

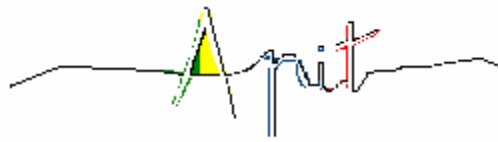
Reparemos nos números actuais dos vários Operadores do Mercado:

Análise Mercado - TV

(em milhares)

	VOLUME NEGÓCIOS			MARGEM EBITDA			MARGEM EBITDA			Até Junho 2007	
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	VNegócios	07Vs06
TVI	143.420 €	159.462 €	171.952 €	41.069 €	48.441 €	51.030 €	29%	30%	30%	88.796 €	2%
SIC	163.974 €	162.027 €	164.002 €	52.794 €	34.484 €	31.794 €	32%	21%	19%	91.412 €	13%
RTP	175.000 €	175.000 €	188.999 €	0 €	0 €	0 €	0%	0%	0%	99.802 €	5%
PTM_TV	156.492 €	177.480 €	165.750 €	46.765 €	55.109 €	52.500 €	30%	31%	32%	89.700 €	7%
OUTROS	31.944 €	33.698 €	35.000 €	8.625 €	9.099 €	9.450 €	27%	27%	27%	18.700 €	0
TOTAL	670.830 €	707.667 €	725.703 €	149.253 €	147.133 €	144.774 €	22%	21%	20%	388.410 €	
		5,5%	2,5%		-1,4%	-1,6%					

Fonte: Contas das respectivas empresas, à PTM foram abatidos cerca de 50% referentes à estimativa de facturação dos restantes canais



Em 2006, o volume de facturação do universo em causa (RTP, SIC, TVI, Tv Cabo e outros), ascendeu aos 726 milhões de euros, com uma margem operacional (EBITDA) de 145 milhões de euros.

Saliente-se, no entanto, que destes 726 milhões de euros, apenas 1/3 foi investido na chamada “Grelha” (i.e. programação e noticiários), sendo que os restantes 2/3 foram absorvidos pelos custos de funcionamento da Estrutura empresarial e pelos respectivos accionistas.

A Televisão por Cabo obteve uma aceitação muito generalizada, chegando, em finais do ano transacto, ao número de 1,5 milhões de assinantes activos; Os telespectadores Jovens e as chamadas Classes A e B, estão cada vez mais afastados dos canais generalistas, mantendo-se em fuga para a Internet e para os canais alternativos de cabo.

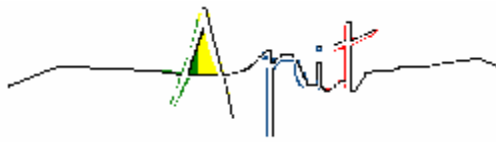
Tendo tudo isto em conta, a APIT considera (como, aliás, já o afirmou por varias vezes) que será possível e viável, manter um canal de Televisão generalista rentável, com uma audiência média entre os 15 e 20% de “share”, baseado numa oferta diversificada, com vários serviços noticiosos diários (com uma média de 30 minutos cada) e com um orçamento anual de 75 a 100 milhões de euros.

Em termos publicitários estamos certos de que haverá mercado para a captação de mais anunciantes, pois com a redução do espaço publicitário da RTP e com a SIC e TVI a emitir para “targets” idênticos, existem inúmeras marcas que, não se revendo nestes canais, optam por direccionar o seu investimento para plataformas alternativas, nomeadamente os canais de cabo.

Esta realidade é, aliás, expressa em números muito claros:

No primeiro semestre de 2007 o mercado publicitário cresceu 4,1%, tendo o investimento nos canais generalistas crescido 2,4% e nos canais de cabo 21%, comparativamente ao período homólogo de 2006.

Analisando os elementos actuais, estima-se que em finais de 2007 o mercado publicitário deva atingir os 800 milhões de euros, sendo que os canais generalistas apenas captam entre 50 a 55% daqueles montantes e têm já os seus planos de publicidade preenchidos até meados do primeiro trimestre de 2008.



Ora, com estes dados é fácil concluir que existe capacidade de mercado para a abertura de um novo serviço de programas, e que tal só pode ser benéfico para a normalização do mercado audiovisual, funcionando como factor de regulação do mesmo, já que os privilégios que os actuais operadores mantêm, violam, como atrás expusemos, as mais elementares leis de mercado e de concorrência;

Note-se que este novo Canal terá sempre de ser atribuído a um novo Operador, com características de emissão generalista e que privilegie a criatividade e a produção original em língua portuguesa.

Ao contrário, admitir-se o estabelecimento de um qualquer consórcio entre os operadores existentes para a exploração de um canal em alta definição (HDTV), visará única e simplesmente a manutenção dos privilégios mencionados, em nada contribuindo para a tão desejada normalização do mercado.

A todos estes argumentos, acresce, ainda, a problemática da motivação dos telespectadores para efectuarem a migração para o digital.

Nesse sentido a criação de mais um canal funcionará, estamos certos, como um catalizador para essa transição. A proposta de aparecimento de um novo serviço de programas, com uma grelha atractiva e generalista, será promotora desta aderência e transição, potenciando uma mais valia para o telespectador que poderá aceder a uma maior panóplia de conteúdos.

Para além disto, e uma vez que sempre se defendeu a necessidade de fomentar a criação e sustentação de uma industria de produção independente de televisão, cremos ser esta “A” decisão, aquela que pode mudar todo o sector e potenciar o aparecimento de mais e melhor oferta, centrada na produção em Português, de conteúdos originais, com capacidade de exportação e conseqüente afirmação da nossa cultura e identidade nacional no mundo.

Lisboa, 12 de Outubro de 2007

A Direcção da APIT